

A CIDADE ANTIGA NOS CIAM, 1950-59

Lia Mayumi

Doutoranda na FAUUSP

Professora adjunta da UNIB –São Paulo; Chefe da Seção Técnica de Projetos, Restauro e Conservação do DPH –São Paulo.

liamay@uol.com.br

Este trabalho procura analisar, no âmbito do universo das discussões teóricas dos CIAM, o surgimento de uma conscientização sobre a importância do caráter dos centros antigos das cidades, na contramão do esforço que os próprios CIAM vinham empreendendo, desde a década de 1930, para a implantação do ideário urbanístico expresso na Carta de Atenas. As visões de Ernesto Nathan ROGERS e Sir James Maude RICHARDS sobre o “coração” da cidade, no VIII Congresso, ocorrido em 1951 em Hoddesdon, reconhecendo o valor das “pré-existências” e do “caráter do lugar”, resgatam o papel da “história” e do “passado”, recolocando-os como personagens vivos do presente e não apenas uma variante dentro do projeto moderno.

This article analyses the arise of a concern about the importance of the character of the cities' old centers, in the context of the theoretical debates held by the CIAMs. This concern arises in opposition to the efforts that the very same CIAMs had been undertaking since the 1930s to foster and implement the conception of cities according to those urban patterns expressed by the 'Charter of Athens'. The 8th. CIAM (Hoddesdon, 1951) tackled the question of the 'city core'. In Hoddesdon, through defending the importance, for the contemporary city, of both the 'existing environment' and the 'character of the place', Ernesto Nathan ROGERS and Sir James Maude RICHARDS restore the roles of 'history' and 'past' by redeeming them from their secondary stance in the modern project.

INTRODUÇÃO

A idéia genericamente difundida pela historiografia aponta que os CIAM pouco ou nenhuma atenção dedicaram à questão da preservação das cidades antigas ou centros antigos das cidades.

De fato, isto não deixa de ser verdade se considerarmos que nenhum projeto ou proposta dos CIAM foi executado visando a conservação dos tecidos urbanos antigos. Ao invés disso prevaleceu, ao longo dos 31 anos de trabalhos daquele grupo, a tendência a tratar a cidade como um fato abstrato, fruto de uma utopia que transformaria a sociedade de forma abrangente, a começar pela implantação de um novo desenho urbano à custa da supressão do tecido existente, passando pela mudança no sistema de propriedade da terra, pela reorganização funcional do território, e por fim a introdução de um novo estilo de habitar a casa e a cidade. A *Ville Radieuse* (1922) de LE CORBUSIER é a proposta que melhor expressa esse ideal urbanístico e estético.

No entanto, se é fato a preponderância dessa idéia, que se tornou fortemente representativa do urbanismo preconizado pelos CIAM, por outro lado isto não significa que os CIAM deixaram de discutir a cidade existente e se preocupar com o destino dos antigos centros históricos. Não faltaram debates, reflexões e mesmo divergências sobre o assunto (MILANESI, 1999. p.2). Desde o encontro de 1933 (V CIAM, Atenas) os Congressos ocuparam-se do tema, chegando a incluir, nas resoluções daquele encontro (Carta de Atenas) um capítulo dedicado à conservação do patrimônio histórico urbano (IPHAN, 1995). Em 1951 (VIII CIAM, Hoddesdon) chegou-se a eleger como tema de discussão do congresso o “coração” da cidade, numa tentativa de recuperar a vida dos centros das cidades, deterioradas em consequência ou da Segunda Guerra Mundial, ou das próprias reformas urbanas executadas na era industrial. Contudo, apesar da profusão de debates e mesmo da apresentação de alguns projetos urbanísticos, os arquitetos modernos dos CIAM não foram capazes de deixar, para o futuro, um legado concreto que bem representasse a sua preocupação com o assunto.

Este artigo tenta expor as principais reflexões que os arquitetos dos CIAM desenvolveram na década de 1950 sobre o tema da recuperação dos centros das cidades antigas, assim como das cidades modernas. Busca também analisar as relações entre a cidade antiga e a cidade moderna da forma como foram colocadas pelos CIAM, assim como procura identificar algumas de suas contribuições para a crítica da cidade. Inicialmente é

apresentado um breve panorama cronológico de todos os CIAM, focando a evolução dos temas discutidos em cada um dos congressos. Em seguida, o texto detém-se no conteúdo temático do VIII CIAM (Hoddesdon), que tratou especificamente do “coração” das cidades, e temas a ele associados tais como comunidade, símbolos coletivos, monumentos, cidade tradicional. Por fim, abordam-se as discussões sobre o tratamento proposto pelos arquitetos modernos para a cidade antiga, segundo categorias operativas.

1. Os CIAM

Os CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – constituíram, segundo definição do próprio José Luis SERT por ocasião do VIII Congresso, um fórum de constante debate sobre vários temas relacionados à questão da arquitetura e da urbanística. Estabelecidos em 1928 (FRAMPTON, 1986. p.318), os CIAM organizaram-se em grupos de trabalho. Cada Congresso elegia um tema para o Congresso seguinte.

“Os grupos preparam um trabalho sobre tal tema. Esses trabalhos constituem a base sobre a qual se desenvolvem os debates que darão como resultado um documento no qual os CIAM expressam suas opiniões em forma de constatações e resoluções que servirão de diretrizes para os diferentes grupos. Os CIAM não têm grupos nacionais, pois não acreditam atualmente nesta classificação arbitrária no que se refere ao trabalho de arquitetos e urbanistas. Não há limitação do número de grupos, a contribuição para os Congressos em forma de trabalho é a condição de admissão. Os CIAM admitem somente uma participação ativa; isto limita automaticamente o número de participantes de cada congresso.” (ROGERS, SERT, TYRWHITT, 1955).

A contribuição dos CIAM foi fundamental para o desenvolvimento da crítica sobre a produção arquitetônica, especialmente da primeira metade do século XX, em seus aspectos artístico, estético, sociológico e econômico, entre outros. Além disso, o debate conduzido pelos CIAM não se restringiu a abordar a “arquitetura” entendida como “edificação”; ao contrário, contemplou um abrangente espectro de elementos das artes aplicadas (entre as quais Ernesto Nathan ROGERS incluía a arquitetura): “*da criação de uma colher até a de uma cidade*” (ROGERS, 1965. p.95), “*da torneira à urbanização de toda uma região*” (GIEDION, s.d. p.30).

Fundamentalmente sustentando que a arquitetura deveria estar comprometida com as condições sociais e econômicas da época, os CIAM rejeitavam, portanto, os métodos artesanais de produção, buscando ao invés disso o emprego universal de métodos de

produção racionalizados. Com isto procuravam o barateamento da habitação e um planejamento econômico capaz de tornar mais eficiente e lucrativa a indústria da construção civil.

Estavam orientados para a satisfação das necessidades de racionalidade técnica e econômica da sociedade da época, mas principalmente eram guiados por um ideal estético mais amplo, que envolvia a pesquisa de novas linguagens plásticas, coerentes com as possibilidades técnicas à disposição, e que rompesse com a linguagem acadêmico-historicista associada aos métodos artesanais de construção. Os arquitetos que comandaram o Movimento Moderno no âmbito dos CIAM fizeram recorrentes e veementes críticas ao “gosto dominante”, expressão empregada por eles para designar a preferência pelos estilos ecléticos do século XIX e início do XX (FRAMPTON, 1986. p.318).

De fato, uma das principais premissas teóricas do Movimento Moderno era, através do seu trabalho, atender às necessidades humanas de maneira abrangente, e isso implicava o arquiteto projetar sendo capaz de lidar ao mesmo tempo com questões que não se limitavam à unidade de habitação (a casa), e tampouco às questões de “gosto” ou “estilo” (pois essa atitude teria sido responsável por fazer os arquitetos se afastarem das reais condições da sociedade industrial, limitando sua atuação aos exercícios de composição de fachadas).

Assim, os arquitetos modernos foram convencidos, pelos mestres do Movimento Moderno, a crer que a sua atuação não podia se dissociar das condições sociais e morais da época. Evocando William MORRIS e elogiando a dedicação daquele à causa da valorização das artes aplicadas, Giancarlo DE CARLO refere-se à arquitetura como uma missão, introduzindo nela um fundamento ético:

“Morris, ensinando que a arquitetura não pode se dissociar das condições sociais e morais da época à qual pertence, restitui ao arquiteto a consciência de sua missão entre os homens. Com seu trabalho e com o exemplo de sua vida mostrou como era necessário para quem queria construir para o homem, estar próximo do homem, participar dos seus problemas e de suas aventuras, lutar ao seu lado para a satisfação das suas necessidades morais e materiais” (DE CARLO, 1947)

De acordo com os temas que dominaram os encontros, FRAMPTON e outros historiadores dividem os CIAM em três fases, segundo os temas dominantes das discussões de cada

encontro: 1928-1933 (pesquisa para a habitação mínima), 1933-1947 (urbanística e racionalismo) e 1947-1959 (revisão do ideário racionalista).

1ª. fase (I CIAM, 1928, La Sarraz, Suíça; II CIAM, 1929, Frankfurt; III CIAM, 1929, Bruxelas): segundo FRAMPTON, os quatro primeiros congressos de arquitetura moderna foram dominados pelas idéias dos arquitetos de língua germânica de tendência política socialista e defensores da nova objetividade (*Neue Sachlichkeit*), voltados para a discussão da habitação mínima (*Die Wohnung für das Existenzminimum*) e da pesquisa da racionalização da construção (*Rationelle Bebauungsweisen*). Ocupando-se com a otimização dos modos de dispor os volumes arquitetônicos e da escolha de materiais e processos construtivos mais eficientes, estes congressos foram os mais dogmáticos. (FRAMPTON, 1982. p.319).

2ª. fase (IV CIAM, 1933, Marselha e Atenas; V CIAM, 1937, Paris): Neste período os CIAM concentraram-se na questão urbanística, diferentemente do período anterior quando se analisou a unidade habitacional. Com base na análise exaustiva de trinta e quatro cidades européias, formulou-se ao final do congresso um conjunto de cento e onze proposições, a Carta de Atenas (1933), que abordava a cidade enquanto organização de categorias funcionais: habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico. Trinta anos depois, Reyner BANHAM se referiria à Carta como “*documento mais olímpico e retórico produzido pelos CIAM*”, com “*ar de aplicabilidade universal (...) no qual reconhecemos somente a expressão de uma preferência estética*” (BANHAM citado em FRAMPTON, 1986. p.319).

Tanto BANHAM como FRAMPTON reconhecem que o poder doutrinário da Carta foi enorme. Seu tom era universalista e generalizante, pois com isso se pretendia a aplicabilidade em qualquer situação. Propondo um modelo urbanístico único, composto por grandes blocos habitacionais generosamente distanciados, a Carta teve ainda a capacidade de paralisar as pesquisas sobre qualquer outra forma de habitação, segundo BANHAM, empobrecendo as futuras pesquisas sobre habitação.

Contudo, em breve o modelo racionalista viria a ser questionado e avaliado. Já no congresso em Paris (1937) se levantou o problema do impacto das estruturas históricas sobre as cidades, assim como as influências regionais (FRAMPTON, 1986).

3ª. fase (VI CIAM, 1947, Bridgewater, Inglaterra; VII CIAM, 1949, Bérghamo; VIII CIAM, 1951, Hoddesdon, Inglaterra; IX CIAM, 1953, Aix-em-Provence; X CIAM, 1959, Dubrovnik): Os congressos, que passaram a contar com a numerosa presença de arquitetos das novas

gerações, assumem um caráter menos dogmático. O grupo inglês MARS, desta nova geração, propõe para tema central do VIII CIAM o “*core*” (coração, centro, núcleo) da cidade, numa clara demonstração de insatisfação com o árido modelo urbanístico funcionalista. Coloca-se em dúvida a eficácia do modelo urbanístico funcionalista, e do próprio racionalismo arquitetônico: a velha geração dos CIAM (LE CORBUSIER, ROGERS, SERT, Walter GROPIUS) o faz de forma retórica, apresentando propostas e projetos que, no entanto, continuam permeadas pelo ideário racionalista. Já a nova geração contribui com novas idéias e projetos, nos quais se esboçam tentativas de romper com o modelo racionalista: enquanto parâmetros para intervenções no espaço urbano, as quatro funções da *Ville Radieuse* cedem lugar a categorias fenomenológicas presentes na estrutura urbana: família, casa, rua, bairro, cidade (Alison e Peter SMITHSON)¹. A cultura e a história passam a ser contemplados nos seus projetos (MILANESI, 1999).

Particularmente o VIII CIAM constituiu o ponto de inflexão dos congressos. Discutiu-se naquela ocasião o “coração” da cidade, a partir do que afloraram as deficiências da proposta funcionalista, e também a investigação de elementos do ambiente urbano até então rejeitados pelos arquitetos modernos. Monumento, monumentalidade, história, símbolos da comunidade e a escala dos agenciamentos urbanos passaram a fazer parte do discurso e da reflexão dos arquitetos dos CIAM.

Como se vê, a escolha dos temas centrais de cada congresso e a evolução dos temas ao longo dos anos refletem o próprio desenvolvimento do movimento moderno. Segundo definição de Siegfried GIEDION, que foi secretário-geral dos CIAM, a “arquitetura contemporânea” havia passado por três estágios: o primeiro, preocupado com o ordenamento racional do espaço da moradia mínima; o segundo, dedicado ao planejamento em grande escala do território; e terceiro, voltado para a recuperação do sentido de comunidade nas cidades (GIEDION, s.d.). Ele, assim como vários de seus companheiros da “velha guarda” dos CIAM (LE CORBUSIER, José Luis SERT, ROGERS) fazem esta análise retrospectiva já no final dos anos 1950, quando foram levados a reconhecer, pela falência mesma do modelo racionalista e pela crítica que lhe foi feita pela nova geração de arquitetos participantes dos CIAM, que as quatro funções-base do urbanismo, conforme delineadas na Carta de Atenas, haviam “*perdido o equilíbrio*”, que era necessário o restabelecimento das “*relações organizadas*” e o retorno à escala humana (GIEDION, 1956.).

¹ FRAMPTON, 1986. p. 321; e SERT, J.L. “Centros para la vida de la comunidad.” In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J.. **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad**. Barcelona, Editorial Científico-Médica, 1955. pp. 3-16.

Os CIAM foram extintos no encontro de 1959 (Dubrovnik), quando a velha geração de arquitetos considerou terminada a tarefa de discutir, consolidar e defender as premissas do movimento moderno naquele fórum. A presença cada vez mais evidente dos arquitetos da nova geração, com suas constantes críticas às posições da velha geração, pode ter contribuído para o fim dos CIAM. As condições do mundo eram outras, diferentes daquelas que a velha geração havia encontrado ao iniciar o projeto dos CIAM. Alguns arquitetos remanescentes dos congressos passaram a constituir grupos que levaram adiante as pesquisas urbanísticas promovidas pelos CIAM. É o caso do Team X (FRAMPTON, 1986).

2. O VIII CIAM (1951, Hoddesdon).

O texto apresentado ao VIII CIAM por José Luis SERT, então presidente dos CIAM, é o que resume de forma mais completa as preocupações centrais daquele encontro.

Para SERT e seus colegas, as cidades modernas não mais favoreciam o contato humano. No VI CIAM (Bridgewater, 1947) eles já haviam constatado que o centro das cidades estava deteriorado, os subúrbios inchados, e que deveria haver um planejamento para a reconstrução dos centros urbanos europeus bombardeados durante a Segunda Guerra Mundial. Fazendo um balanço das suas realizações, o VIII CIAM reconheceu que o urbanismo moderno, tal como os Congressos preconizavam até então, havia resultado em locais de baixa qualidade de vida, ao contrário do que haviam desejado. Havia um clima geral de decepção com a mecanização e a standardização, e a consciência de que a escala humana, e as necessidades psicológicas do homem haviam sido esquecidos no processo modernizador racionalista (GIEDION, s.d.; MILANESI, 1999).

O VIII CIAM propunha encontrar uma solução para o problema da desintegração da vida nas cidades. Tendo como tema central o “coração”, acreditava que um “processo de recentralização” seria a “solução definitiva” para o problema. Imbuído do mesmo espírito olímpico que caracterizou o documento de Atenas (1931), SERT discursou na oportunidade:

“Estes Congressos Internacionais vêm estudando desde 1930, aproximadamente, a integração da urbanística com a arquitetura, por cuja razão se acham particularmente bem preparados para sugerir programas e soluções definitivas para os novos Corações das cidades. Evidentemente não se trata de assunto fácil, e necessita não somente de definição,

mas também de uma cuidadosa análise e esclarecimento de conceitos: esta é a tarefa que este Congresso se propôs realizar.”²

O processo de recentralização, ou seja, do renascimento dos “corações”, dependeria basicamente dos seguintes fatores: primeiro, privilegiar o pedestre, em detrimento dos automóveis; segundo, criar espaços de agradável fisionomia arquitetônica; terceiro, criar eventos promotores de encontros humanos (cafés, eventos, espetáculos). Como era necessário “educar” a sensibilidade do homem urbano, as atividades promovidas nestes locais teriam também fins educativos, com o auxílio da televisão, filmes e alto-falantes.

O “coração”, por ser um conceito, não coincidia obrigatoriamente com o centro geográfico, histórico ou funcional das cidades. Então, propunha-se que a cidade fosse regida por um zoneamento funcional do solo (industrial, comercial, residencial), onde cada zona tivesse o seu coração. E haveria, no centro propriamente dito da cidade, o “coração” principal.

Quanto ao aspecto formal, as propostas para os “corações” conservavam o mesmo aspecto e conceito de agenciamento funcional das fases anteriores dos CIAM: 1) a circulação de pedestres e de automóveis seriam separadas; 2) todos os edifícios e locais seriam acessíveis a pé; 3) recomendavam-se apenas dois gabaritos para os edifícios: edifícios horizontais sem elevador, e edifícios bem altos, para criar contrastes volumétricos; 4) cada coração abrigaria funções de usufruto comunitário: bibliotecas, ginásio de esportes, centros de conferências, centro administrativo, comercial, etc.³

SERT apresentou, como exemplos da aplicação dos novos conceitos, três projetos seus: o projeto para um centro cívico em Cali, Colômbia, o projeto para um bairro em Chimbote, Peru, e um Plano Piloto para o novo coração de Lima, Peru (os três elaborados em parceria com P. L. WIENER e arquitetos locais).⁴ O projeto de Chimbote procura absorver características tipológicas do urbanismo tradicional local, e por isso GIEDION, cinco anos depois, se referirá a este “projeto feliz” como representante do “novo regionalismo”, tendência de revisão, e sucessora do racionalismo:

² SERT, J.L. “Centros para la vida de la comunidad.” In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J.. **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad.** Barcelona, Editorial Científico-Médica, 1955. p. 6.

³ Id. Ibidem.

⁴ Id. Ibidem. pp. 12-16.

“As correntes modernas (...) tentam de novo, depois do longo interregno racionalista, penetrar nos fenômenos primários do ser humano. (...) Esta atitude, que pretende satisfazer as condições regionais, (...) poder-se-ia designar de novo regionalismo.”(GIEDION, s.d.).

LE CORBUSIER, evitando lamentar a situação do urbanismo da época, apresenta ao invés disso vários projetos seus (Chandigarh, centro novo de Bogotá, St. Dié, edifícios da ONU em Nova Iorque e um clube rural para jovens na França). Deixa clara, na apresentação para o congresso, a sua concepção de “coração”: lugar de expressão da vida, onde acontece o teatro espontâneo do cotidiano humano. Atribui às artes papel fundamental no desenvolvimento da vida espontânea das pessoas. Em seguida, como solução arquitetônica ideal para abrigar o teatro espontâneo da vida, invoca o modelo racionalista: edifícios laminiformes altos, em contraste com edifícios baixos, cercados por grandes áreas livres que conferem ar de monumentalidade às massas edificadas. LE CORBUSIER não demonstra insatisfação com o modelo racionalista, tanto é que no projeto para Bogotá não tem pudor em arrasar o tecido urbano para substituí-lo pelo desenho racionalista.⁵

GIEDION relatou a sua experiência docente em Harvard, onde vinha realizando desde 1942 seminários com estudantes de arquitetura sobre o tema “centro cívico”. Apresentou sua análise dos espaços urbanos tradicionais (a ágora, o fórum, a praça medieval, a praça renascentista) como lugares ideais de reunião. Defendeu a criação de espaços como aqueles, reconhecendo, contudo, a dificuldade da tarefa, pois nem sempre depende exclusivamente da estrutura física a emergência da estrutura social que se deseja.⁶

GROPIUS defendeu o respeito à escala humana e a integração das artes plásticas ao projeto arquitetônico, como forma de educar a sensibilidade para a melhoria das condições de vida. Sustentou que a qualidade da composição residia na forma de agenciar os espaços entre as edificações, não importando tanto se elas eram bonitas ou não.⁷

A discussão e a proposta levantadas por ROGERS questionaram a arrogância cosmopolita dos arquitetos, que a todo custo queriam espalhar pelo mundo um modelo “moderno” de urbanismo e, reconhecendo a existência de diversas realidades culturais “contemporâneas” (e não necessariamente “modernas”), ROGERS condenou a insuficiência do modelo

⁵ LE CORBUSIER. “O coração como ponto de reunião das artes”, e projeto para Bogotá. In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., 1955. pp. 41-52 e 151-152.

⁶ GIEDION, S. “Precedentes históricos”. In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., 1955. pp. 17-29.

⁷ GROPIUS, W. “A medida humana”. In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., 1955. pp. 53-55.

urbanístico dos CIAM. Propôs que os CIAM buscassem um método de definição de uma linguagem universal que fosse capaz de realizar uma síntese da diversidade presente no mundo. Em outras palavras: buscar o sentido de lugar e não destruir, em nome de banais problemas de circulação de automóveis, os antigos centros, tão ricos de tensão espiritual (cita as praças italianas como magníficos exemplos de “corações” repletos de vida).⁸

Sir James Maude RICHARDS, representando um novo pensamento, vai além de ROGERS, ao apontar como responsável pela vida das cidades a conservação do caráter do lugar. A personalidade do “coração” era decorrência, para RICHARDS, da presença dos antigos edifícios e das necessidades estéticas, psicológicas e representativas (simbólicas) da comunidade. O arquiteto era capaz de controlar algumas medidas, mas não todas, pois seu poder era limitado. Portanto a função do arquiteto seria intensificar o caráter já existente do coração, através da adequada inserção de novos elementos arquitetônicos. Estes deveriam ter a linguagem do tempo presente, e jamais imitar o passado. Considerava os edifícios do passado a matéria prima do trabalho do arquiteto.⁹ É evidente a contradição entre estas diretrizes de intervenção no coração (e o conceito de “coração” nelas embutido) e aquelas propostas por LE CORBUSIER, GROPIUS E SERT.

O VIII CIAM foi marcado por antagonismos de conceitos e propostas para o “coração” da cidade. A velha e a nova geração dos CIAM defendiam urbanismos diferentes para a cidade, embora ambas concordassem com a insuficiência do modelo anterior. A velha geração sustentava um discurso universalista, poético e pouco objetivo sobre o que propunha concretamente para recuperar os centros das cidades. Seus projetos para os “corações” de Chimbote, Bogotá, etc., apenas pareciam manter a tradição racionalista, sem nenhuma coerência com o discurso que introduzia uma visão nova sobre a cidade.

As Resoluções do VIII CIAM compreenderam os seguintes pontos: 1) Deveriam ser criados corações nas cidades, mais de um se necessário, sendo que um deles seria o coração principal, mais complexo do que os demais (Cada coração seria multifuncional); 2) O acesso aos corações seria permitido aos pedestres, mas não aos automóveis; 3) a escala humana funcionaria como medida de todos os elementos que constituíssem os corações; 4) a forma do coração deveria permitir todas as manifestações espontâneas da vida social. Esta forma poderia variar de um coração para outro, e poderia sofrer modificações segundo as

⁸ ROGERS, E. N. “O coração: problema humano das cidades”. In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J.. **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad**. Barcelona, Editorial Científico-Médica, 1955. pp. 69-73.

⁹ J. M. RICHARDS. “Elementos velhos e novos no coração da cidade”. In: ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., 1955. pp. 60-66.

necessidades, mas deveriam permanecer fixos certos pontos possuidores de valor simbólico e monumental; 5) as demais artes plásticas participariam da arquitetura, de forma a realizarem novamente a sua função social, ou seja, obterem a aglutinação de equipes de trabalho, em estreita comunhão, como na era artesanal pré-industrial. Na conclusão, o documento afirma o compromisso dos CIAM de continuar trabalhando para o bem-estar da sociedade, através da retomada de um ideal esquecido ao longo dos anos de sua existência: o respeito à medida do homem:

*“Depois de vinte e cinco anos, o CIAM, seguindo a natural evolução de seu ciclo, voltou ao mesmo ponto que constituiu o motivo e razão de ser de sua criação em 1928: a necessidade de voltar a colocar o homem no centro de todas as coisas, frente a frente com seus semelhantes.”*¹⁰

Os CIAM acreditaram que a mera criação de novos espaços desenhados de acordo com uma fórmula mais flexível, menos funcionalista, e envolvendo atividades artísticas, daria conta de reverter o processo de decadência dos centros das cidades, permitindo ao Movimento Moderno continuar pregando o seu ideal estético.

O elemento ausente das conclusões do VIII CIAM é a história. O documento contendo as resoluções do congresso não faz referência aos temas do passado: história, memória dos lugares, contextos, símbolos, monumentos. Esta abordagem, apenas insinuada por ROGERS e RICHARDS, aparecerá ao longo da década de 1950, em trabalhos dos mesmos arquitetos dos CIAM, e de Giuseppe SAMONÀ¹¹ e Gustavo GIOVANNONI, entre outros. Com Aldo ROSSI (1968)¹² e Bruno ZEVI¹³, na década seguinte, o debate surgiria mais amadurecido, objetivo e instrumental, na medida em que a questão do passado e da história colocava-se de forma mais consciente.

O grande avanço do congresso, para a discussão das cidades antigas, ficou por conta da nova percepção dos contextos existentes – “pré-existências” para ROGERS¹⁴, “caráter do lugar” para RICHARDS.

¹⁰ ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J., 1955. pp. 159-168.

¹¹ SAMONÀ, G. “*La situazione urbanistica in Italia fino al 1955*”. In: **L’ urbanistica e l’ avvenire della città**. Roma-Bari: Laterza, 1978. pp. 247-252.

¹² ROSSI, A. “Qué hacer com las viejas ciudades?” fevereiro de 1968. In: **Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972**. Barcelona: Gustavo Gili. Pp. 227-230.

¹³ ZEVI, B. “Contro ogni teoria dell’ ambientamento”. In: **Il linguaggio moderno dell’architettura**. Torino: Giulio Einaudi, 1973. pp. 188-192.

¹⁴ ROGERS, E. N. **Experiencia de la Arquitectura**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1965. pp. 131-145.

3. A cidade antiga em 1950-1959.

Não falaremos sobre a cidade antiga em termos de “centro histórico”, ainda., pois o conceito de “centro histórico” como conhecemos hoje não existia na década de 1950. Ele surgiu e se generalizou a partir dos anos 1960 – mais precisamente depois de 1962 quando na França a Lei Malraux codificou a preservação de áreas urbanas em termos legais. Finalmente em 1964 a Carta de Restauro de Veneza incluiu nas suas recomendações a salvaguarda dos “sítios urbanos”, elevando as áreas urbanas à condição de categoria patrimonial. Até então as áreas antigas eram protegidas em decorrência da preservação dos monumentos históricos contidos no seu perímetro (SANT’ANNA, 1995).

Segundo Márcia SANT’ANNA foi a construção do *Ring* (anel) de Viena, artéria viária circular executada no sítio das antigas muralhas da cidade a partir de 1857, que criou o modelo do núcleo antigo isolado do restante da cidade nova. O núcleo de Viena pode ser considerado de fato o primeiro “centro histórico” na acepção atual do termo. Este modelo urbanístico composto de duas categorias – cidade velha e moderna, ou centro histórico e o resto da cidade – é dicotômico, e um dos responsáveis pela fetichização do centro histórico e pela decorrente dificuldade de tratar a cidade inteira como um só organismo.

Cidade e história

Os debates sobre as cidades e centros antigos que se travaram nos anos 1950 decorreram mais da discussão sobre a relação desses centros antigos com o projeto moderno (tendo sido os CIAM o fórum de maior visibilidade) do que pelo reconhecimento dos seus próprios valores. Evidentemente os arquitetos haviam voltado imediatamente a sua atenção para as cidades velhas no pós-guerra, ao perceberem a dimensão e as conseqüências das perdas sofridas, e ao se defrontarem com as dificuldades da reconstrução urbana.

A discussão sobre o “coração” da cidade travada no âmbito do VIII CIAM fora provocada pela busca de um novo modelo ideal para substituir o modelo racionalista, mas também por uma preocupação intuitiva e real com o destino dos velhos centros. Quando ROGERS reconhece “a riqueza da tensão espiritual existente nos centros antigos”, e RICHARDS sustenta que somente os edifícios antigos eram responsáveis pelo “caráter” do lugar, nada mais faziam do que afirmar o valor da história e do passado como personagens do presente. Como tais, os centros antigos adquiriam nova condição, deixando de ser apenas um fator variante dentro do projeto moderno.

Mas, como vimos, esta mudança da condição da cidade antiga, de coadjuvante para protagonista, não foi consensual. Se ela é um fato para RICHARDS e ROGERS, LE CORBUSIER, GROPIUS e GIEDION evitaram o tema, certamente por verem num retorno a qualquer tema histórico uma traição ao projeto moderno.

Pois vigorava ainda a rejeição à história e ao passado. A noção de continuidade histórica que o projeto moderno naquele momento se via obrigado a aceitar como necessária ao seu desenvolvimento parecia contradizer a ruptura com o passado historicista – uma das premissas estabelecidas no início do Movimento Moderno. Também segundo SANT’ANNA, o principal equívoco do modernismo foi não se perceber como histórico (SANT’ANNA, 1995).

Mas isto não significa, por outro lado, que os CIAM tenham sido indiferentes à história. Pelo contrário, mantiveram com ela uma relação conflituosa. Inicialmente de rejeição, e nos últimos tempos dos CIAM, de confronto, no sentido de se verem constantemente questionados pela sua presença (TAFURI, 1990). O Movimento Moderno sempre condenou a tradição e o passado por associá-los ao ecletismo. GIEDION afirmava em 1956, citando **Espaço, Tempo e Arquitetura**, que na base do ecletismo existiu uma profunda dissociação entre o pensamento e o sentimento, ou em outras palavras, que aquela produção arquitetônica não refletia o verdadeiro sentimento do homem da época. Lembra que os engenheiros souberam captar o espírito da era da mecanização e construir em sintonia com ela, enquanto os arquitetos se entregaram aos vícios estilísticos e fachadistas. (GIEDION, s.d.). Para ROGERS a revolta do Movimento Moderno contra o passado foi uma forma de evitar a continuidade da imitação estilística, tradição enraizada nas práticas de reconstrução de edificações inseridas em cidades antigas (a maior parte das cidades italianas), desde o século XIX (ROGERS, 1965) inspiradas por VIOLLET-LE-DUC.

Mas depois de Hoddesdon os CIAM foram obrigados a reconhecer que o ideal racionalista não era mais capaz, ou talvez nunca tivesse sido, de concretizar de fato a sua poética.

Da velha geração moderna presente no VIII CIAM, ROGERS é quem melhor observou o fato novo da história. Em 1958 publicou **Esperienza dell’ architettura**, voltando ao tema do “coração” das cidades. Abordou o coração segundo o conceito de “pré-existências ambientais”. Recusando a noção de cidade ideal criada pelo urbanismo racionalista, afirmava que os centros (corações) especializados (monofuncionais) eram incompletos e próximos da fantasia, e que o mundo real tinha características culturais múltiplas que mereciam ser levadas em consideração pela urbanística. O mundo real, ou as condições

ambientais, constituíam as pré-existências, ou seja, o conjunto das construções existentes, das condições topográficas do sítio, das características da vizinhança e finalmente, da cultura e da tradição locais. As cidades velhas formariam as pré-existências, um ambiente já caracterizado por “*inextinguíveis energias*”, cuja presença deveria ser respeitada pelas obras novas que viessem a ser inseridas nele. Para ROGERS o novo e o velho não formavam oposições; simplesmente representariam a continuidade dialética do processo histórico. Também se deveria considerar historicamente o presente, sem a noção de ruptura com o passado. O monumento, e seu ambiente, também deveriam ser olhados como dois fenômenos estreitamente vinculados: se separados em duas categorias, estaria rompida a unidade cultural da pré-existência do lugar.

A questão operativa também preocupava ROGERS. Propunha cautela na escolha entre o que demolir e o que preservar dos contextos pré-existentes, de forma que não se criassem zonas antagônicas: “sagradas” – as intocáveis, e “profanas” – o restante da cidade, onde tudo se toleraria. Entendia que a inserção de novos elementos não admitia solução de continuidade nem espacial nem temporal. E também, que a mera conceituação da continuidade histórica não garantia que as inserções assim propostas tivessem bom resultado. Propunha, como solução mais segura, que os projetos fossem analisados caso a caso, com muita responsabilidade perante as pré-existências (ROGERS, 1965).

Regionalismo

O eco de Hoddesdon perdurava nas proposições de GIEDION, em textos escritos entre 1953-55. Em “*Acerca do novo regionalismo*” GIEDION, reconhecendo que os arquitetos modernos haviam reconhecido insuficiências na concepção racionalista, propõe uma “*reaproximação do homem primitivo*”. Isto significava buscar, nos projetos, satisfazer às necessidades do espírito e da cultura do homem do lugar, considerando também que cada época tinha o seu sentimento, à maneira do *Kunstwollen* de Alois RIEGL para as artes. Referindo-se às experiências cubistas dos anos 1910-14, GIEDION observou a importância da introdução do fator “tempo” na obra de arte, do que resultava o conceito de “movimento”, que os arquitetos deveriam ter em mente para não confundir o retorno a algo primitivo com cópia das formas do passado:

“*Quer dizer, o arquiteto moderno não pretende dar ao aspecto exterior de uma casa a mesma forma da construção tradicional.*” (GIEDION, s.d.).

Acreditava que os arquitetos modernos já estavam no caminho certo, a partir do momento em que teriam passado a se basear nas tradições (hábitos culturais, clima, condições geográficas, etc) locais de cada país para executarem seus projetos. Citou como exemplos do novo regionalismo as experiências de VAN DOESBURG e VAN EESTEREN na Holanda (Casa de Lâminas, 1922), e a Casa Dominó (1915) de LE CORBUSIER na França, respectivamente inseridas nas tradições das “formas neutras” holandesa, e das “pesquisas estruturais” francesa (invocava o gótico, GARNIER e PERRET). Apresentou ainda, como bons exemplos da aplicação da nova mentalidade regionalista, os projetos de LE CORBUSIER para Chimbote e Chandigarh, sobre os quais já falamos e nos quais não cremos existirem divergências em relação ao projeto racionalista original, ou o atendimento das condições regionais, como defendia o discurso de GIEDION.

Monumento

Ao referir-se ao monumento, ROGERS o entendia como GIEDION e seus colegas modernos. O monumento era, na concepção de ROGERS, um símbolo coletivo, de presença marcante e fundamental para caracterizar o lugar e transmitir suas convicções religiosas e sociais para as gerações seguintes. Podia ser uma construção ou um espaço, mas era uma categoria diferente de “ambiente”.

O monumento também foi, como a categoria “história”, rejeitado na primeira fase do Movimento Moderno. Na década de 1950 ainda pairavam sobre ele uma desconfiança e uma atitude dúbia dos modernos. Em 1943 GIEDION redigira, com SERT e com o artista Fernand LÉGER, o manifesto “**Nove pontos sobre monumentalidade, uma necessidade humana**”. O documento afirmava que o século XIX, sendo uma “*época sem rumo*”, além de ter produzido o ecletismo produzira também pseudo-monumentos, pois estes não continham (assim como a arquitetura eclética) “*de modo nenhum o espírito ou o sentimento coletivo da época*”. Citava a permanência desse gosto por exemplo na arquitetura da Alemanha nazista (Casa de Arte Alemã, 1937) que, “*como o selfmade man, caracteriza-se por fora por uma força combativa enorme, ao mesmo tempo que por dentro é inseguro, pois quer imitar a classe dominante anterior, à qual ele próprio não pertence.*” A crítica era à imitação dos estilos do passado na “*casca vazia*” das edificações, em dissonância com “*o espírito da época*” (o espírito da máquina) e com os anseios coletivos. Justificava desse modo a desconfiança que os arquitetos modernos tinham dos monumentos, e a abolição, destes últimos, do repertório urbanístico moderno. Mas o manifesto reconhecia também que era chegada a hora de esquecer o preconceito contra o monumento, pois agora (1943) “*o povo exige mais do que uma mera solução funcional dos edifícios que devem satisfazer as suas*

necessidades sociais e vida coletiva. Ele quer que neles se exprima a sua necessidade de monumentalidade, de alegria e de elevação interior.” (GIEDION, s.d.).

GIEDION acreditava que a monumentalidade viria preencher o vazio criado pelo funcionalismo. Mas não queria a monumentalidade do passado, aquela criticada pelos modernos. Colocava a nova monumentalidade nos seguintes termos: ela estaria presente na obra coletiva do urbanista, do arquiteto, do pintor e do escultor, nos grandes espaços vazios abertos nos centros das cidades quando a sua remodelação em grande escala permitisse a criação de zonas livres. Tais monumentos poderiam ser construídos com os novos materiais e técnicas disponíveis, e aproveitar o vento ou o movimento mecânico ou ainda as luzes e cores para produzir novos efeitos arquitetônicos. Árvores, plantas e espelhos d'água complementariam o quadro monumental. A nova imagem poderia ser captada como um todo da altura de um avião ou helicóptero, revelando todo o seu conteúdo lírico.

Tal era o conceito de nova monumentalidade para GIEDION. Não se tratava do monumento do passado como patrimônio a ser conservado, mas da criação de novos monumentos, frutos de um trabalho muito pouco coletivo. A melhor apreciação dos efeitos urbanísticos da introdução de tais monumentos no espaço urbano era obtida de um vôo de helicóptero! Aqui ainda está evidente o tratamento esteticista da cidade, olhada pelos modernos como uma série de novos volumes e construções (monumentais ou não), dispostos no grande vazio aberto pelas remodelações urbanas. GIEDION acreditava que suas estruturas monumentais catalisariam a vida coletiva, permitindo a formação de centros cívicos (esta expressão era utilizada anteriormente à adoção de “coração” para se referir aos centros comunitários) e a solução do esvaziamento dos centros, decorrente, entre outras coisas, das lacunas presentes no projeto funcionalista.

Duas décadas depois, e passada uma década desde Hoddesdon, a relação monumento-cidade havia definitivamente se transformado, muito em função dos debates e da crescente participação da idéia de “ambiente” na urbanística. Em 1964 ZEVI escreveu, contra a tese da ruptura com a história, e defendeu, além dos monumentos, a conservação da ambiência das cidades antigas:

“Nos Oitocentos (...), nos novos traçados urbanos, se salvavam os monumentos principais liberando-os do seu contexto e o princípio de ‘isolar’ a obra de arte prevaleceu, com lamentáveis conseqüências; dismantelar toda a cidade deixando intactos os cinqüenta monumentos mais importantes é o sonho torpe de uma cultura demagógica, totalmente

insensível aos valores ambientais. Chegamos assim a estes últimos anos que viram se consolidarem os princípios da arquitetura moderna. É necessária uma consciência histórica que respeite o passado em toda a sua integridade.” (ZEVI, 1969)

Na revista **Casabella-Continuità** era possível, década de 1960 adentro, ver o desenrolar dos debates sobre a cidade, dirigidos por ROGERS e outros arquitetos italianos. Enfocando o caso de Milão, os debates contribuíram para a formação de uma nova cultura arquitetônica, segundo Aldo ROSSI. Nasceu a idéia de que, em meio ao dinamismo que estruturava a cidade de modos distintos, havia estruturas que sempre permaneceriam fixas. Eram elas a casa, os elementos primários e os monumentos, que não se tratavam de funções (embora se referissem a elas), mas sim de fatos urbanos de naturezas distintas. Dentre eles, o monumento seria a medida do arquiteto, justamente porque ele pertencia à biografia do artista e à história da sociedade. Para ROSSI, naquele momento a função não era nada mais do que um instrumento frente à experiência da arquitetura: *“a concepção funcionalista está transtornada.”* (ROSSI, 1966).

Aldo ROSSI pensava os monumentos na cidade como elementos estruturadores do seu caráter, fossem eles existentes ou a construir, pois eles constituiriam os elementos primários, característicos e fixos do ambiente da cidade, e símbolos da memória coletiva. Em torno dos monumentos – elementos fixos – o restante das estruturas se desenvolveria. Cita o *Plan Voisin* como exemplo de construção da cidade através dos monumentos: LE CORBUSIER propusera arrasar Paris para a construção das torres no meio do verde, onde se localizavam os monumentos da cidade, utilizados como elementos de composição urbana.

Contextualismo

Em 1947 o arquiteto e historiador inglês Colin ROWE publicou o ensaio *“The Mathematics of the Ideal Villa”*, mostrando conexões entre a Villa de LE CORBUSIER em Garches e a Villa Malcontenta (séc. XVI) de Andrea PALLADIO e desmistificando a proclamada ruptura do Movimento Moderno com a história. Desde então trabalhou, academicamente e em vários projetos, no sentido de encontrar um ponto de acomodação entre a cidade tradicional e a cidade moderna, demolindo as posições mais radicais dos arquitetos modernos.¹⁵

¹⁵ www.inform.umd.edu/ARCH/Current_Events/rowenotice.html

ROWE concebeu uma abordagem da estética urbana que exaltava simultaneamente duas proposições antitéticas: o ideal da justiça social perfeita e o valor da continuidade social, por mais imperfeita que esta fosse. Nas palavras de William ELLIS isto significaria, em termos arquitetônicos, que toda mudança é entendida como uma subversão do status quo, efetuada através do diálogo discursivo entre “tipos ideais” (no caso, o discurso modernista) e “contextos imperfeitos”. Por envolver contextos existentes, este discurso ficou conhecido como “contextualismo”, e na opinião de ELLIS, foi desvirtuado pois passou a se referir, com o tempo, a um mero procedimento de adequar acréscimos à escala ou ao estilo dos contextos existentes.¹⁶ Portanto, o contextualismo entendido no seu sentido original não deve ser confundido com o “ambientamento”, conceito trabalhado por ZEVI.

Cidade velha X cidade nova

Segundo ROSSI, Giuseppe SAMONÀ estava entre os arquitetos que, na década de 1950, propuseram abordar a cidade inteira e não como um conjunto de fatos isolados. SAMONÀ guiava-se por uma concepção dinâmica de cidade como fato em evolução. Também segundo ROSSI, esta teria sido uma abordagem nova, considerando o conhecimento fragmentado que se tinha à época sobre a cidade: as próprias experiências de LE CORBUSIER, que eram uma referência, eram conhecidas parcialmente, e não no seu sentido global (ROSSI, 1966). SAMONÀ via a cidade dependente das funções econômico-sociais que nela se desenvolviam. E como tal, um fato dinâmico que não comportava soluções que viessem a ser obstáculos para o processo contínuo de redimensionamento urbano. Aplicava a mesma idéia de cidade ao problema da relação velho-novo, partindo do princípio que o redimensionamento constante da cidade era necessário, e que a experiência havia demonstrado que a imobilidade econômico-social das áreas antigas da cidade só levava à ruína e à decadência social, econômica e estética. Criticava a argumentação das forças conservadoras que não compreendiam a necessidade de transformação constante da cidade, e que, em nome da integridade histórico-figurativa, repudiavam incondicionalmente qualquer iniciativa de transformação formal ou funcional no seio das áreas velhas. Considerava tais argumentos legítimos, embora simplistas, mas incapazes de colaborar concreta e operativamente para evitar a decadência da cidade. SAMONÀ reconhecia que a inserção de estruturas novas (supondo-as de linguagem moderna) nas áreas antigas causava descontinuidade formal em qualquer hipótese, mas entendia também que a idéia de conservação tinha um componente utópico porque instintivamente o ser humano tenderia a rejeitar elementos intrusos em situações duráveis. Alertava para que não se historicizasse

¹⁶ ELLIS, W. “Type and Context in Urbanism: Colin Rowe’s Contextualism”. In: **OPPOSITIONS** 18, Fall 1979. pp. 3-27.

a utopia do ambiente antigo como forma de anular a utopia racionalista, pois senão o urbanismo incorreria no mesmo erro de enxergar a cidade como fato estático. Concluía que, de qualquer modo, a decadência da cidade antiga já havia começado, porque o poder público controlava o seu desenvolvimento somente levando em consideração a conservação do seu aspecto figurativo e não os aspectos funcionais (econômico-sociais). Os cortiços e moradias úmidas e mal ventiladas eram os melhores exemplos em favor do argumento de SAMONÀ.

Como solução única para deter a decadência da cidade, SAMONÀ aconselhava que o mesmo cuidado fosse aplicado à cidade toda, como um só ambiente, com a conservação integral dos tecidos urbanos antigos inserida num plano de conservação de toda a cidade, que levasse em conta a dinâmica da estrutura econômica e social urbana.¹⁷

Ambientamento

A discussão sobre a inserção de elementos novos em contextos antigos (ou pré-existentes) assomou no segundo pós-guerra, à medida que se definiam a idéia de cidade histórica e a disciplina da restauração como ciência. A descontinuidade morfológica decorrente da inserção de construções novas nos ambientes antigos já havia sido percebida bem cedo, como vimos nos escritos de ROGERS e SAMONÀ. Nos anos 1960, a compreensão do monumento e da cidade histórica como testemunhos documentais de épocas passadas, e não mais como meros objetos de rememoração ou de fruição estética, voltaram a atenção da crítica e da teoria arquitetônica para a o problema da linguagem arquitetônica da restauração e da inserção de novos elementos nos contextos urbanos antigos.

Tanto o Movimento Moderno como os seus críticos, naquele momento, ao mesmo tempo em que faziam a revisão crítica da utopia racionalista e defendiam a retomada dos valores simbólicos e culturais da cidade real, condenavam categoricamente o revivalismo ou a imitação dos estilos do passado, seja como forma de construir a nova cidade, seja como recurso para restaurar ou completar lacunas nos centros históricos (que já eram chamados assim). A nova consciência dos monumentos, ampliada para o âmbito da cidade, e como documento histórico, demandava a verdade histórica. Muito além de constituir uma mentira estrutural, a construção de edificações no estilo do contexto histórico-temporal em que se inseria representaria uma mentira estética e histórica. Não imitar ou tentar completar o estilo do passado, nas edificações ou estruturas existentes, passou a significar respeito ao

¹⁷ SAMONÀ, G. "La situazione urbanistica in Italia fino al 1955". In: **L'urbanistica e l'avvenire della città**. Roma-Bari: Laterza, 1978. pp. 247-252.

passado e ao presente. Enterrava-se naquele momento a tradição fundada por VIOLLET-LE-DUC (ZEVI, 1969).

Mas nem sempre caberia adotar o dogma vigente. Aldo ROSSI considerava, em 1968, turístico-pinturesca e romântica a intervenção realizada por VIOLLET-LE-DUC em Carcassone, assim como considerava romântico determinado tipo de revivalismo ou “falsificação estilística coerente”, empregado como recurso necessário para suscitar e “pré-construir sentimentos” através do recurso da repetição de uma determinada forma. Estruturas construídas de tal forma desempenhariam, na concepção de ROSSI, o papel de monumentos. Assim sendo, achava coerente tratar as cidades antigas como cidades-museus, referências determinadas e capitais singulares do território da região, à maneira de “*tesouros encerrados nas catedrais*”; e, por outro lado, nas grandes cidades modernas, manter os monumentos como pontos fixos e característicos da cidade, ao redor dos quais se desenvolveria a composição urbanística da sua época. (ROSSI, 1968).

ZEVI, contudo, era frontalmente contrário, em qualquer hipótese, ao “ambientamento”, ou seja, à inserção acordada e neutra de elementos novos nos ambientes pré-existentes. Não acreditava na possibilidade de uma boa solução desse tipo, em hipótese alguma, e recomendava unicamente a inserção contrastadamente dialética, como única forma de destacar respeitosamente os valores da lingüística antiga e da moderna, inconciliáveis por princípio. Repudiava as soluções conciliadoras como o “clássico modernizante” (“um imbróglio”) tanto quanto as soluções contrastantes modernas de má qualidade arquitetônica. Enxergou, no encontro polêmico entre a arquitetura moderna e o ambiente histórico, a atuação de forças de defesa do ambiente existente, mas também a luta pela afirmação da arquitetura contemporânea. Admitia, porém, que não havia como controlar a inserção de arquitetura contemporânea de má qualidade nos centros históricos, pois seria necessário, para isto, que fosse praticável um juízo sobre os projetos propostos para o lugar, ao invés de frias normativas. ZEVI propunha, como possível solução para um bom diálogo entre o antigo e o novo, que os arquitetos se tornassem profundos conhecedores do antigo, e que desenvolvessem a inteligência de inventar o novo (ZEVI, 1983).

Referências bibliográficas:

ARQUITECTURA. **UIA 1996**. Arquitectura. Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. Madrid, 1996.

BANHAM, Reyner. **El brutalismo em arquitectuara: ética o estética**. Barcelona, Gustavo Gili, 1966.

BENEVOLO, Leonardo; LONGO, Tommaso Guina; MELOGRAMI, Carlo. **La proyectación de la ciudad moderna**. Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

BOESIGER, W & GIRSBERGER, H.. **Le Corbusier 1910-1965**. Barcelona, Gustavo Gili, 1971.

CENTRE GEORGES POMPIDOU. **Le Corbusier: une encyclopédie**. Paris, Centre Georges Pompidou, 1987.

CESCHI, Carlo. **Teoria e Storia del Restauro**. Roma: Mario Bulzoni, 1970.

CHOAY, Françoise: **L'Allegorie du Patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

ELLIS, William. "Type and Context in Urbanism: Colin Rowe's Contextualism". In: **OPPOSITIONS** 18, Fall 1979. pp. 3-27.

FRAMPTON, Kenneth. **Storia dell'architettura moderna**. Bologna: Zanichelli, 1986. 2ª edizione.

FRY, Maxwell. **A arte na era da máquina**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

FUSCO, Renato de. **História de la arquitectura contemporanea**. Madrid, Hermann Blume, 1986.

GIEDION, Siegfried. **Arquitectura e Comunidade**. Lisboa: Livros do Brasil. s.d. Tradução do original: **Architektur und Gemeinschaft**. Hamburgo, 1956.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995.

IPHAN/ MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995.

LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

MILANESI, Renata. **Os CIAM e idéia de cidade**. Trabalho de Disciplina. História Social da Arquitetura e do Urbanismo Modernos. Prof. Dr. Paulo Bruna. 1999.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1995.

ROGERS, Ernesto N. **Experiencia de la arquitectura**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1965. Original: **Esperienza dell'architettura**. Milano: Giulio Einaudi, 1958.

ROGERS, E. N.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J.. **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad**. Barcelona, Editorial Científico-Médica, 1955.

ROSSI, Aldo. "Una arquitectura para los museos". 1966. In: **Teoría de la proyectación arquitectónica**. Barcelona, Gustavo Gili, 1966. pp. 183-204.

_____. "Qué hacer com las viejas ciudades?" fevereiro de 1968. In: **Para una arquitectura de tendencia**. Escritos: 1956-1972. Barcelona: Gustavo Gili. Pp. 227-230.

SAMONÀ, Giuseppe. "La situazione urbanistica in Italia fino al 1955". In: **L'urbanistica e l'avvenire della città**. Roma-Bari: Laterza, 1978. pp. 209-252. Original em italiano de 1959.

SANT'ANNA, Marcia. ***Da cidade-monumento À cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)***. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1995. Mimeo.

SIGFRIED, Giedion. ***Arquitectura y comunidad***. Buenos Aires, Editorial Nueva Visión, 1957.

TAFURI, Manfredo. "*The Years of reconstruction*". In: ***History of Italian Architecture***. London: The MIT Press, 1990. pp. 3-33. Original em italiano: ***Storia dell'architettura italiana***, 1944-1985. Torino: Giulio Einaudi, 1982.

ZEVI, Bruno. "Arquitectura e Historia de la arquitectura". In: ***Arquitectura in Nuce. Una definición de arquitectura***. Madrid: Aguilar, 1969. pp. 193-215. Original de 1964, Roma.

_____. "Contro ogni teoria dell' ambientamento". In: ***Il linguaggio moderno dell'architettura***. Torino: Giulio Einaudi, 1973. pp. 188-192.

Páginas eletrônicas:

Sobre Collin ROWE: da University of Maryland,
www.inform.umd.edu/ARCH/Current_Events/rowenotice.html